AS INTERFERÊNCIAS DO SETOR PRODUTIVO NA EDUCAÇÃO FORMAL E CONTEMPRÂNEA DO BRASIL

David Gonçalves Gatenha Neto¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
pedagogo3@hotmail.com

RESUMO

O atual contexto educacional brasileiro, que a exemplo de outros contextos educacionais de países da América Latina, está comprometido com o sistema capitalista, onde o que prevalece é a formação para atender o mercado de trabalho, mas não uma educação para promover uma transformação social concreta, que possibilite a capacidade de criação, conjuntamente com uma formação para a cidadania, ao contrário de uma instrução para operacionalizar o que já está determinado. Neste trabalho, encontraremos uma explanação de como está e de como deveria ser a educação, tendo em vista promover a formação de cidadãos. O texto também relata de forma sintética, as investidas dos donos do Capital no campo da educação. A elaboração deste trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica de obras de autores com vasta contribuição para o campo da educação.

Palavras-chave: educação; formação; trabalho.

ABSTRACT

The current Brazilian educational context, as example of other educational contexts of countries in Latin America, is compromised to the capitalist system, where what it prevails is the formation to take care of to the work market and an education not to promote social a transformation concrete, that makes possible creation capacity, jointly with a formation for the citizenship to I oppose it of an instruction for operationalization of that already is determined. In this work we will find a communication of as it is and as would have to be the education, in view of promoting an education for the formation of citizens. The text also tells of synthetic form, the onslaughts of the owners of the Capital in the field of the education. The elaboration of this work was based on bibliographical research of workmanships of authors of recognized ability and vast contribution for the field of the education.

Key words: education; formation; work.

¹Graduado em Pedagogia. Pós-Graduado em Administração Escolar. Pós-Graduado em Elaboração de Projetos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Revolução Industrial, os trabalhadores tiveram a necessidade de um breve treinamento, para manuseio das ferramentas e das máquinas no exercício de tarefas laborais.

Com o passar dos anos, e a evolução das tecnologias empregadas nas produções fabris, os operários, que ainda não foram substituídos pela automação, continuam sendo submetidos à formação profissional. Esse tipo de formação aligeirada não proporciona a cidadania e só prima pelo trabalho produtivo.

Em se tratando do cenário brasileiro, as políticas públicas para essa área têm sofrido interferências dos donos do Capital, através dos seus legítimos representantes, citados neste trabalho.

Diante deste contexto, a juventude brasileira vem sendo submetida a este tipo de formação para o trabalho, que não oferece a oportunidade dos mesmos receberem na mesma formação, uma educação para a cidadania, deixando o educando em uma esfera da alienação.

1. NO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial, os camponeses e artesãos que dominavam todo o processo de produção (transformação da matéria prima em produto pronto e acabado, que era destinado ao consumo) passaram a ser operários nas fábricas que pertenciam aos donos do Capital (recursos financeiros, dinheiro) e dos meios de produção, que compreendiam as matérias primas, as ferramentas, as máquinas e as instalações.

Atento para essa mudança que ocorria em sua época, Karl Marx analisou, teorizou e publicou a passagem do meio de produção artesanal para o meio de produção fabril. Marx detectou, já naquela época, a exploração a que o trabalhador era submetido por seus

empregadores. Trabalhavam em jornadas que variavam de 14 a 16 horas por dia, e as condições de trabalho eram precárias; recebiam um salário que mal dava para suprir a sua subsistência, e não tinham quase nenhum direito trabalhista. O sistema que colocava os trabalhadores daquela época nessas condições é o mesmo que oprime e explora os trabalhadores dos dias atuais, ou seja, o Capitalismo.

Teorizando o primado das forças produtivas sobre as relações de produção, Marx fez uma ruptura com os objetos empíricos ou naturais, e com diversas formas de representação idealizada, que até então ocupava o seu lugar.

Com essa mudança, o trabalhador (artesão) passou a ter uma tarefa específica, ou seja, participava apenas de etapa do contexto produtivo. Segundo Marx:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental.

Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. (1971, p. 483).

Neste contexto, a explanação de Marx explicita que o trabalhador quando trabalhava como artesão em sua oficina, participava de todo o processo de fabricação de seu produto, desde a coleta da matéria prima até a transformação desta matéria prima em produto final para o consumo, utilizando-se de ferramentas (facas, pá, alicate, tesouras, martelos, etc) que lhes pertenciam. Neste caso o artesão planejava e executava a produção que depois seria posto em sua oficina para venda, cujo valor pago, seria a recompensa pelo seu trabalho.

Já o trabalho exercido na fábrica seria específico na operação de uma máquina, que executaria uma etapa também específica na matéria prima do produto a ser produzido. Desta

forma o operário perdia a noção da totalidade da produção na fábrica e, assim, o antigo artesão passou a ser apenas um operador de máquinas nas fábricas da Revolução Industrial.

Em seus estudos e observações desta situação, Marx detectou a alienação sofrida pelos trabalhadores, pois estes, que antes eram artesãos e camponeses, ao serem introduzidos no novo modelo de produção, perderam a visão global do processo de produção, e também ficaram cada vez mais afastados do produto final do seu esforço.

A Revolução Industrial não poupou a mão-de-obra feminina e infantil, pois além de receberem salários menores do que os pagos aos homens, as mulheres e crianças, devido a sua docilidade, tinham maior facilidade no “aprendizado” e cumprimentos das ordens. Notem que nessa época já era necessária uma aprendizagem para o exercício do trabalho, pois Marx afirma que:

O Verdadeiro significado da educação para os economistas filantropos é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal sorte que se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação mais facilmente possível. (Marx, 1983, p. 81)

Nesta exposição de Marx, nota-se que, como nos dias de hoje, a preocupação da Classe Dominante era de apenas oferecer uma formação para o trabalho, não se preocupando em dar condições de o trabalhador obter uma formação de compreensão de mundo, da situação e condição em que estava envolvido no mundo do trabalho e ao mesmo tempo conduzi-lo e mantê-lo nesta condição enquanto tivesse forças para trabalhar.

Com essa estrutura, o trabalhador teve seu trabalho desvalorizado, e passou a ter uma participação parcial e limitada na elaboração do produto final de seu trabalho.

Na época do “capitalismo moderno”,

esse tipo de desvalorização do trabalhador se aperfeiçoou. Pois, após alguns aperfeiçoamentos nos métodos adotados para a produção, onde a princípio, os intelectuais do capitalismo pensavam que se o trabalhador desenvolvesse de forma fragmentada a fabricação dos produtos, não teriam tempo de pensar na exploração a que estavam submetidos e mergulhassem de vez na alienação a que estavam sendo conduzidos. Mas com o andamento desse método de produção, perceberam que estavam errados e que esta metodologia de produção oferecia espaço sim para os trabalhadores pensarem e refletirem sobre sua real situação de exploração.

Diante desta constatação, os intelectuais orgânicos do capital criaram mecanismos para que os trabalhadores se contentassem com sua condição e não se revoltassem com as explorações sofridas, entre as quais a de mais valia, dentro do processo produtivo do capitalismo.

Atualmente os trabalhadores continuam produzindo sem ter o domínio total do processo de produção, o que contribui para a sua “desqualificação profissional” em benefício da multiplicação dos lucros dos detentores do capital, ou seja, a burguesia, a classe dominante, enfim, a elite.

Diante do que já foi abordado, podemos então notar que, desde o nascimento da Produção Capitalista até os dias atuais, todo o processo produtivo é pensado e planejado previamente, pela “gerência científica” das empresas. Não há interesse por parte das empresas (indústrias) que o trabalhador detenha o conhecimento de todo o processo de produção, pois isto poderia acarretar prejuízos.

Em o Capital, Marx cita um relatório em que a educação é avaliada como um mal para os trabalhadores, já que uma vez munidos dela, eles se tornavam independentes. Em outro momento, em suas análises sobre a sociedade dos séculos XVIII e XIX, Marx relata que, para o capitalista, era importante manter os trabalhadores sem educação, pois, quanto menos instrução os trabalhadores tivessem, menores condições teriam de reivindicar os seus direitos e realizarem greves.

Segundo FRANCO (1998), a questão da

desqualificação do trabalhador é de interesse do empresariado (burguesia), res-tando para o trabalhador a tarefa opera-cional de apertar botões das máquinas e, para isso, não se requer uma “qualificação de fato”, bastando ao trabalhador ter pouca ou nenhuma experiência, o que contribui para sua desva-lorização profissional e pessoal.

A situação do mundo do trabalho é tão maquiavélica que um dos mecanismos para manter a opressão aos trabalhadores, foi, (FRANCO, 1998), a qualificação de categorias de trabalhadores dos que concebem e planejam o processo de produção/trabalho, denominada de Gerência Científica, e da categoria daqueles que examinam se tal processo está sendo cumprido, denominada de Intelectuais Intermediários. Enquanto que em sua contrapartida, na desqualificação da maioria da força de trabalho e, conseqüentemente, na sua alienação e opressão.

Em outras palavras, o Capitalismo qualifica determinadas classes de trabalhadores; para alienar e oprimir, outras classes de trabalhadores. Todo este processo acontece com o apoio do Estado que funciona para garantir os interesses da Burguesia.

Diante deste contexto Marx mostra que a burguesia tem uma ciência, uma cultura e uma educação que são dominantes, porque ela é a classe economicamente dominante. Dessa forma, ele entende que a ciência, a cultura e a educação só estarão a serviço da classe trabalhadora quando esta detiver o controle dos meios de produção, conseqüentemente, do Estado e da sociedade. Fora da revolução social não há solução para a questão da educação da classe trabalhadora, que são os representantes da categoria dos menos favorecidos economicamente.

2. INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Em sua análise a respeito dos investimentos e investidas internacionais na área da educação brasileira Coêlho afirma:

Privilegiar a profissionalização dos alunos no ensino superior é aceitar os objetivos dos organismos internacionais na área da educação, estreitamente vinculados aos objetivos do mundo da produção e do mercado; em especial, assumir a lógica da competitividade, a ênfase no mundo do trabalho nas questões imediatas e úteis, no aprender a fazer, a operar a natureza e a sociedade, distorcidas e empobrecidas, negadas em seu próprio ser, em sua identidade, reduzidas a meio ambiente e comunidade, respectivamente. (2006, p. 45).

Esse tipo de formação para operacionalizar o que já está pronto e estabelecido não deveria ser a única via de educação a ser oferecida aos cidadãos que não fazem parte da Classe Dominante, pois a formação que todos, independente de raça, condição social e credo, deveriam ter acesso, era a que contribuísse de forma efetiva para que os estudantes aprendam a superar, a transcender o mundo sensível, o mundo da aparência, da imagem, do mutável, da opinião, da crença, das paixões, das emoções, da ideologia, dos limites do positivismo e da razão instrumental.

Neste sentido, segundo Coêlho (2006) a educação deve promover o cultivo da dúvida, da interrogação, do pensamento, da compreensão e a expressão rigorosa e crítica do que realmente são as coisas e os processos, de seu sentido. Devendo essa formação contribuir para a compreensão racional da existência humana e sua transformação no sentido de realizar a autonomia, a liberdade, a igualdade, a justiça, a excelência, a vida perfeita e feliz de homens e mulheres que, tendo-a como guia e critério, sejam capazes de reconhecer e julgar a validade das teorias.

Para que esta educação seja praticada ela deve estar descomprometida e livre de interferências políticas e econômicas, tendo em vista que tal comprometimento só limita o seu campo de ação, comprometendo a sua plenitude e capacidade de transformação. Como já

abordamos, a educação da América Latina sofre interferências de organismos internacionais, representantes legítimos dos donos do capital que financiam e interferem no funcionamento da educação. O Brasil não é exceção desta prática.

Para Freire (1996), os opressores, falsamente generosos, sentem necessidade de que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Devido à introdução de inovações tecnológicas nas empresas industriais, que na sua maioria, são multinacionais, instaladas no território brasileiro, o Banco Mundial, que nada mais é que um dos organismos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que durante muito tempo determinou as regras da economia brasileira e ditou também os rumos a serem tomados durante a elaboração da Nova LDB, vem se preocupando com o ensino profissionalizante, preocupação esta que remonta há duas décadas e, dentre seus projetos educacionais, esta modalidade de ensino recebeu uma maior participação na soma total de recursos a eles destinados.

Nos relatos de Cunha (apud FERRETTI, 2002, p. 97), há referências sobre um relatório do Banco Mundial, datado de 1989, relativos ao ensino médio e ao ensino técnico no Brasil.

O FMI é o representante legítimo da classe dominante no planeta terra, então é claro o seu interesse em investir na formação de mão-de-obra barata para manusear as máquinas das grandes corporações transnacionais que atuam na América Latina e conseqüentemente, no Brasil.

Oliveira (2003) relata que essas interferências são causadas através das constantes mudanças ocorridas nas leis da educação profissional brasileira ultimamente, por terem sido financiadas por organismos internacionais, tais como BID, BIRD e FMI que exige a contrapartida ditando como o sistema educacional para esta área deve funcionar.

Todas essas reformas visam basicamente colocar em prática a escola que atenda aos interesses das modernas sociedades industriais, onde alunos e professores não precisam saber muito sobre ciência e tecnologia, porque a nova função social da escola será a de formar homens parcelares cujo custo de reprodução é muito baixo, pois o Capital será o detentor do saber (PALHARES, 1986).

3. APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NA ESCOLA

O momento que a humanidade vive é o de recomposição econômica do capitalismo, ou seja, o de recomposição das taxas de lucro, que dão-se mediante a radicalização do neo-conservadorismo onde o mercado se constitui no “deus” regulador das relações sociais.

Em um exemplo claro de que a história se repete para manter o privilégio da Classe dominante Frigotto, (1995, p.82):

(...) Esta volta aos anos 90 e de sua crise, como mostram inúmeras análises, só pode dar-se mediante a exclusão das maiorias dos direitos à vida digna pela ampliação do desemprego estrutural, pela criação de desertos econômicos e do retorno aos processos de marginalização, dentro do denominado Primeiro Mundo como nos mostra Chomsky (1993), entre outros.

Como se pode notar, não interessa aos mandatários da humanidade promover a igualdade social, a melhoria de vida e a inclusão digna no seio da sociedade mundial. Para manter o privilégio de poucos é necessário a manutenção das desigualdades sociais em nível global, e um dos mecanismos utilizados pelos detentores do capital para manter esta situação é o campo da educação, onde está implantado o dualismo, ou

seja, a escola para os filhos da classe dominante e a escola para os filhos dos trabalhadores e menos favorecidos economicamente.

Atendendo às determinações dos “investidores” internacionais da educação, ocorreram várias mudanças nas formas de transmissão do conhecimento. Palhares (1986) relata as transformações que estão acontecendo ou já aconteceram no campo educacional, onde havia a figura do professor tradicional (artesão), que detinha todo o processo de produção, execução e transmissão do conhecimento aos educandos, por um “processo de subordinação formal do trabalho docente ao capital e não real”.

Nesta nova metodologia, o professor vêm suas atividades subdivididas com outros atores do processo educacional. Cada ator desse processo detém uma parcela do “todo”, o que contribui para o esfacelamento do processo educacional. Todos são trabalhadores independentes.

Uma ferramenta importante para esta transformação no campo educacional são as novas tecnologias também que oferecem esta nova roupagem de transmissão do conhecimento, “tornando a aula independente do professor”.

Ainda segundo Palhares (1986), existem hoje verdadeiras empresas do ramo escolar, TV Globo, Objetivo, Educativa etc., que recebem verbas dos governos estaduais e federais, que por sua vez, também recebem verbas de organismos internacionais, representantes da Classe Dominante. Para a adequação do campo educacional a essa nova realidade, houve um aprofundamento do trabalho pedagógico, o que possibilitou criar as condições para que essa esfera da produção passe a ser produtiva para o capital.

Diante destes fatos, constatamos que o que vem ocorrendo é uma verdadeira desvalorização do trabalho docente do professor e demais profissionais da educação, para que com o discurso do “Fracasso Escolar”, sejam introduzidas novas técnicas de transmissão do conhecimento (conhecimento, este, esfacelado na sua totalidade, onde predomina muita omissão), que atendam aos interesses do

Capital. Pois segundo Palhares (2000, p.26):

O que distinguia os trabalhadores da educação dos demais proletariados era o fato de concentrar em suas mãos uma condição essencial do processo do trabalho educativo – o saber escolar. Com a divisão do trabalho escolar, esse saber foi reduzido a uma parcela insignificante. Cada categoria profissional da esfera do trabalho educativo detém apenas uma parcela.

A totalidade do saber escolar encontra-se distribuído pela totalidade dos trabalhadores da educação.

Portanto, observamos nesta análise de Palhares (2000) que a educação transmitida sem a presença do professor se realiza de forma deficitária. Se ocorrer alguma dúvida sobre determinado assunto, o aluno não irá dispor, naquele momento, de uma orientação correta e necessária para o pleno entendimento da questão abordada. O que ocorre em várias ocasiões onde esta metodologia é colocada em prática é que, ao invés da presença do professor, está a figura do instrutor ou monitor que não dispõe de formação plena e necessária (acadêmica), para que a transmissão do conhecimento ocorra.

Apesar de todas as investidas do Capitalismo na área da educação, há alguns anos alcançamos uma clara consciência política, em que percebemos o poder que temos em mãos (o conhecimento) e o quanto um currículo determinado por influência de campos alheios ao da educação, poderá manipular a formação da sociedade.

Essa consciência nos faz adotar posturas mais cautelosas diante de exigências que vinham do meio externo da escola, e assim passamos por um longo tempo em que o “purismo pedagógico” nos impedia de olharmos para as exigências das empresas, pois não queríamos, nem achávamos correto receber regras externas de como deveríamos conduzir nosso trabalho pedagógico. Pois, uma coisa é termos um currículo manipulador, determinista, que desenvolve cidadãos acrílicos e

passivos diante dos ditames da política e do poder capitalista, outra é termos um currículo que pode e deve formar o cidadão crítico, mas que se molde e desenvolva as competências necessárias para poder competir e sair-se bem no mercado de trabalho, conquistando assim um emprego que lhe permitirá um digno sustento, a sobrevivência e a busca da plena felicidade como ser social.

Em oposição a uma educação manipuladora e mantenedora das desigualdades sociais, Freire afirma:

Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante [...]. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógico. (1996, p. 46)

Apesar de todas as determinações que estão postas para manter a situação da educação em que se encontra atualmente, o educador comprometido com sua missão de promover o certo, o esclarecimento, uma educação plena e irrestrita para que, com esta atitude, possa promover o fim das desigualdades sociais.

A formação para o trabalho não conjugada com uma formação crítica, formadora de cidadania, não acontece apenas na formação da Educação Básica. Esta prática também ocorre na esfera do Ensino Superior, conforme Coêlho:

[...] A partir do final dos anos 1960, e sobretudo dos anos 1990, a universidade tem se afastado da busca de seu ser e manifestado pouco interesse em perguntar por sua natureza. Desde então, tem caminhado, a passos largos, no sentido de desenvolver conhecimentos por encomenda, saberes práticos, atividades

que respondem a objetivos imediatos do Estado, das empresas e de grupos. São deixadas em plano secundário e inferior as atividades de ensino e pesquisa que, nas várias esferas do saber e da expressão humana não visam o prático, o utilitário, a solução de problemas específicos, sobretudo as humanidades, ou seja, a filosofia, as letras e tudo o que se refere ao sentido da existência humana e de suas criações, no plano dos indivíduos, da sociedade e da humanidade. (2006 p. 44).

Como podemos notar, as instituições de ensino no Brasil não têm se preocupado em formar um cidadão integral, com uma formação crítica concomitantemente com a formação profissional, e quando isso ocorre, acontece de forma fragmentada e com isso limitando, banalizando e empobrecendo a educação, a escola, a universidade e a formação do estudante “circunscrevendo-as ao mundo da prática, da operação, do funcionamento ágil, eficiente e seguro [...]. COÊLHO (2006 p. 45).

Funcionando desta forma, o ensino contribui para que o conhecimento científico e o saber prático sejam distribuídos de forma desigual, contribuindo ainda mais para aumentar a alienação dos futuros trabalhadores, somando-se às relações sociais e produtivas que já contribuem para esta realidade se concretizar.

Diante destes fatos, não podemos ficar desatentos às necessidades do mercado de trabalho, mas também não podemos jamais deixar de oferecer uma formação crítica aos alunos.

CONCLUSÃO

A doutrina neoliberal visa transformar as nações em um mercado livre na econômica, ou seja, onde o Estado tenha a menor ou nenhuma intervenção na economia, facilitando aos detentores do capital multiplicá-lo da melhor maneira possível e conseqüentemente aumentando os seus lucros.

A área educacional é um importante mecanismo para que essa intenção venha a se

concretizar. Os neoliberais pretendem privatizar a rede pública de educação e, uma vez privatizada, eles querem que o Estado pague para o aluno (cliente) estudar na escola que antes era pública e passou a ser privada, com isso gerando lucro aos novos proprietários da educação.

O Neoliberalismo pretende, também, ajustar os currículos de acordo com seus interesses, pois sua intenção é formar mão-de-obra para atender as necessidades da indústria e do mercado, sem a intenção de formar o cidadão crítico.

Além de intervir nas grades curriculares da educação, eles também pretendem transformar o ambiente escolar em ambientes similares ao de trabalho, onde os atuais estudantes e futuros trabalhadores serão facilmente “doutrinados”.

Diante desse contexto, os pensadores neoliberais para a educação pretendem também, implantar (reforçar) o sistema dual na área educacional, onde haverá a escola para os membros da classe dominante e a escola para a formação dos futuros trabalhadores (mão-de-obra).

A doutrina neoliberal criou vários termos, entre eles o de “Qualidade Total na Educação”, o qual vem se infiltrando na escola e na universidade pública brasileira. O discurso neoliberal para privatizar a educação pública (escolas e universidades) é de que elas são ineficientes, mas nesse mesmo discurso ele não diz que o Estado seguindo a cartilha imposta por eles, através do Banco Mundial e FMI, obriga o Brasil a não repassar recursos financeiros suficientes para que esta área possa se desenvolver em sua plenitude.

Em 2006, foi assinada pelo presidente Lula a famigerada Reforma Universitária, notícia esta, amplamente divulgada na imprensa brasileira, que contempla todas as reivindicações da classe dominante (donos do capital) em relação a educação superior.

Nós, educadores, temos que assumir nosso espaço na educação e não permitir que tais mecanismos neoliberais venham “alienar” nossa juventude, descendente da classe trabalhadora, porque ainda não chega-mos ao fim da História, como prega o neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

COELHO, Ildeu M. Universidade e Formação de Professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares. *Formar para o mercado ou para a autonomia*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

CUNHA, L. A. R. Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão a exclusão. In FERRETTI, Celso João. *Empresários, Trabalhadores e Educadores*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

FRANCO, Antonio de Carvalho. *Capitalismo e Trabalho in A escola do trabalho e o trabalho da escola*. São Paulo; Cortez: Autores Associados, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 29ª ed., São Paulo; Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo; Cortez, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: extratos por Paul Lafargue*. São Paulo; Conrad, 2004.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo; Expressão Popular, 2006.

PALHARES SÁ, Nicanor. *O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola*. UFMG, Cad. Pesq., 1986.

SAVIANE, Dermeval e outros. *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas; Histedbr, 2002.